



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em
Ciências Sociais - ANPOCS

Paiva, Luiz Fábio S.

AS DINÂMICAS DO MERCADO ILEGAL DE COCAÍNA NA
TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE BRASIL, PERU E COLÔMBIA *

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 34, núm. 99, e349902, 2019

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS

DOI: 10.1590/349902/2019

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10759396003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://www.redalyc.org)

UABM [redalyc.org](http://www.redalyc.org)


Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

AS DINÂMICAS DO MERCADO ILEGAL DE COCAÍNA NA TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE BRASIL, PERU E COLÔMBIA*

Luiz Fábio S. Paiva

 <http://orcid.org/0000-0002-2669-5635>

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE, Brasil. E-mail: luizfabiocs@yahoo.com.br.

DOI: 10.1590/349902/2019

Este artigo mostra o resultado de quatro anos de investigação na tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia. Tem o objetivo de apresentar uma compreensão a respeito das dinâmicas relacionadas ao crime e à violência em um espaço transnacional. As atividades de pesquisa se concentraram mais especificamente nas cidades de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte, no Brasil; Letícia, na Colômbia; Santa Rosa e Islândia, no Peru. As informações trabalhadas são fruto de revisão da literatura, análise de matérias jorna-

lísticas, documentos governamentais, assim como de entrevistas, grupos focais e conversações com moradores, operadores de segurança pública e justiça. Em virtude das condições de financiamento e os limites de tempo dedicados ao trabalho de campo, as interlocuções se concentraram, em sua maior parte, no Brasil e, por isso, pode-se dizer que é uma interpretação sobre como os brasileiros vivenciam os problemas sociais relacionados ao mercado ilegal da cocaína. O trabalho de campo constituiu-se de nove incursões etnográficas, em períodos de quinze a vinte dias cada uma.¹ Seu sucesso só foi possível devido ao apoio de professores e pesquisadores que atuam na tríplice fronteira, o que propiciou a formação de uma rede de colaboradores dispostos a falar sobre os problemas relacionados à produção, comercialização e circulação de cocaína.

A pesquisa se desenvolveu entre contatos e conversas informais com moradores da tríplice fronteira, mantendo condições de sigilo em função

* Os resultados correspondem às atividades desenvolvidas no âmbito do projeto *(In)segurança na fronteira: uma abordagem sobre como os moradores de Tabatinga falam do perigo e da violência na Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia e Peru)*, financiado pelo CNPq entre 2013 e 2016.

de o tema ser especialmente delicado para pessoas que vivem em lugares de trânsito e movimentação de mercados ilegais geradores de violências. As incursões etnográficas percorreram as cidades e as interlocuções foram mediadas e espontâneas, de acordo com a necessidade do trabalho de campo. As situações nas quais o interlocutor declarou ter tido um envolvimento passado com mercados ilegais de drogas foram registradas de maneira pontual, buscando resguardar a integridade de quem abertamente falou de atividades ilegais. Quando possível, também foi feito uso de grupo focal e de entrevista como meio de acessar informações sobre a tríplice fronteira. Em três ocasiões utilizou-se a técnica de grupo focal, com participação de onze estudantes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), seis estudantes da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e oito vereadores da Câmara Municipal de Tabatinga. Foram feitas e registradas 47 entrevistas com brasileiros. Cada uma delas teve duração de aproximadamente uma hora, sendo realizadas com dois policiais civis, dois policiais federais, três policiais militares, dois oficiais do exército brasileiro, cinco pescadores, dois agentes pastorais, quatro radialistas, quatro professores, quatro estudantes universitários, dois pesquisadores, um auditor fiscal, dois comerciantes, um historiador, dois conselheiros tutelares, um assistente social, um promotor de justiça, uma técnica administrativa do Fórum de Justiça, um vereador, um comerciante, um operador do sistema prisional, dois técnicos administrativos da Prefeitura Municipal de Tabatinga, dois funcionários de órgão indigenista e uma liderança indígena.² Esses diálogos compuseram parte do material empírico utilizado na análise, que incorporou outros aprendizados decorrentes da literatura sociológica mobilizada para compreensão do problema proposto.

A perspectiva teórico-metodológica que anima todo esse trabalho fundamenta-se em uma sociologia compreensiva, privilegiando o entendimento do sentido da ação social empreendida por sujeitos que falam e refletem sobre as histórias que compõem sua experiência social (Weber, 2000; Schütz, 2012). Interessa saber como determinados envolvimento com o mercado ilegal de cocaína expressam sentidos que constituem o mundo social em uma

tríplice fronteira. Não importa definir se, na ação das pessoas, há um cálculo que atende a interesses objetivos, mas como estas encontram possibilidades explicativas em suas falas, retratando suas vivências e visões de mundo. Entre outras coisas, não é possível desconsiderar as condições históricas e culturais que tornam a prática possível, assim como sua interpretação. Acompanha-se Bourdieu (2003) na ideia de que as relações de comunicação e as produções discursivas não podem ser compreendidas fora de uma perspectiva relacional, em que modalidades estruturadas de sistemas simbólicos constituem também configurações estruturantes de conhecimento e classificação do mundo social. Ver e falar de alguma coisa não é uma experiência isolada, mas histórica e constituinte do que se vê e fala sobre. Como explica Fairclough (2001 p. 22), “os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’”.

Para fins deste artigo, também foi importante certa separação entre dois modelos dos discursos utilizados para interpretação do que é a experiência dessa comunidade transfronteiriça com o tráfico de cocaína. Existe em torno da cocaína um *discurso público* sobre como o tráfico funciona, facilmente acessado e retratado publicamente, e um *discurso oculto*, preferencialmente trabalhado em conversas muito particulares e em lugares que garantem a segurança dos interlocutores. Retoma-se aqui uma ideia de Scott (2013) que, ao estudar práticas de resistência, evidencia a existência desses dois tipos de discurso. Os *discursos públicos* retratam as modalidades de poder e autoridade constituídas e compõem suas manifestações públicas, atualizando os valores reconhecidos publicamente como importantes para a vida social que expressam. Os *discursos ocultos* estão por trás da história oficial, atuam na margem de um poder que visa silenciá-los. Eles não são ditos em todo lugar, mas suas manifestações tencionam ridicularizar as posições de poder e as forças que atuam para expressar a homogeneidade da ordem vigente. As reflexões de Scott possibilitam observar esse movimento entre um *discurso público*, que criminaliza e expõe o tráfico como grave problema social, e também moral, e o *discurso oculto*, que enxerga positivamente no tráfico e critica as práticas de controle social que se impõem às pessoas envolvidas nessa

atividade. Assim, o tráfico de cocaína é interpretado em distintos contornos, não importando aqui a legalidade de uma prática, mas suas interpretações em um mundo social permeado por forças de acomodação e resistência à ordem vigente.

Compartilha-se da dificuldade de Barreira (2002, p. 54) em estudar um tema fortemente marcado por questões morais e de honra. Então procurou-se apoio na ideia, desenvolvida por Barreira (1998), de que as entrevistas com pessoas envolvidas em uma prática classificada como criminosa não buscam retratar ou reconstituir a verdade dos fatos, mas as interpretações perpassadas por valores morais que o interlocutor tenciona também transmitir ao pesquisador. Foi possível articular a essa discussão as ideias dos moradores sobre o que deveria ser considerado ou não crime nas diversas relações com os esquemas de tráfico na tríplice fronteira, possibilitando a compreensão de julgamentos morais que escapam das fundamentações legais definidoras do que é ou não crime.

Ao enfrentar este trabalho, foi preciso considerar que essa comunidade transfronteiriça possui peculiaridades em sua formação. Como demonstra Zárate Botía (2008), é uma sociedade transfronteiriça que se constitui no interior da Amazônia, em territórios distantes dos principais centros de poder dos três Estados nacionais que compõem essa região.³ Os moradores brasileiros dali convivem com a ideia de distância e desolação proveniente da maneira como se veem em relação às demais regiões do país. Convém explicar que, como sugere Martins (2012), a fronteira brasileira é interpretada como frente de expansão de um projeto civilizador, cujas finalidades são a expansão e a uniformização em um território humanizado pela força. A ideia de se estar distante ou mesmo em um lugar muito distinto de tudo o que se conhece a respeito do Brasil faz parte do imaginário sobre a tríplice fronteira amazônica. A distância e os problemas de abastecimento da região pelos mercados nacionais criaram diversos intercâmbios transfronteiriços que, de acordo com Aponte Motta (2012, p. 233), contribuíram para que as populações da tríplice fronteira intentassem “Maneiras de adaptar localmente as circunstâncias para suas necessidades e possibilidades” [tradução do autor]. Essas ideias, tratadas aqui muito rapi-

damente, ajudaram no desenho e na compreensão de como os moradores interpretavam problemas sociais e agiam em relação a eles.

Como expressei mais de uma vez aos pesquisadores em campo, boas oportunidades de trabalho são escassas, sobretudo para os jovens locais. Na contramão das precárias oportunidades econômicas dos mercados público e privado de trabalho geraram-se, desde os anos de 1970, rendimentos oriundos de circuitos comerciais mobilizados pelo tráfico de cocaína na região (Castillo, 1987). Como discutido por Misse (1997), aos custos econômicos do envolvimento com o mercado ilegal das drogas não se pode diminuir a importância da dimensão moral e política desses mercados. É preciso considerar, ainda, que os interessados nos mercados de cocaína na tríplice fronteira – a exemplo do que demonstra o trabalho de Chin e Zhang (2012) sobre o tráfico na fronteira da China com Myanmar – não estão envolvidos em virtude da precariedade de sua empregabilidade. Existem pessoas com ótimas oportunidades e propriedades de bons negócios envolvidas com o tráfico da região. A questão é que o tráfico de drogas enseja rendimentos que dificilmente seriam alcançados por pessoas que decidiram integrar esquemas de tráfico, com os fins mais diversos. Além disso, existem dimensões afetivas em curso na ação de quem deseja “viver uma aventura”. No relato um morador que integrou um esquema de transporte de droga, declarou que “nunca estive nessa por dinheiro, meu negócio era a adrenalina, estar ali fazendo aquilo, vivendo aquela parada ali”. Essa variedade de motivações revela a complexidade de uma experiência plural em um espaço social estruturado entre controles e diferenças sociais.

A tríplice fronteira amazônica é, também, um espaço de intervenção permanente na busca de controle absoluto e monopólio da violência por governos dispostos a fazer da guerra às drogas e aos traficantes⁴ um meio de construir sua existência (Paiva, 2016). Ela é um espaço social complexo em que relações se constituem e se transformam entre realidades nacionais distintas. Ela guarda as características complexas de fronteiras internacionais,⁵ que, segundo Albuquerque (2012), expressam as relações de alteridade entre “nós” e “eles”, estabelecendo condições objetivas e subjetivas pelas quais

se estruturam relações entre os territórios nacionais. Para Albuquerque, as fronteiras são, portanto, lugares privilegiados de observação de variados problemas sociais e das suas implicações em diversas escalas, desde o cotidiano até as relações internacionais entre governos. Como demonstra a pesquisa de Rabossi (2011), em Ciudad del Este, no Paraguai, os fluxos e negócios nas fronteiras estão implicados nas maneiras de intervenção estatal e, consequentemente, nos arranjos criados pelas possibilidades de avançar e recuar em certos esquemas entre o legal e o ilegal. Esses movimentos entre o legal e o ilegal são importantes para compreensão dos juízos de valor nas avaliações de moradores a respeito do caráter de quem se envolve nos mercados ilegais de drogas. Em linhas gerais, este trabalho concorda com a abordagem de que a compreensão das fronteiras passa pelo entendimento das relações vividas nas fronteiras (Grimson, 2005; Cardin, 2013).

Em suma, o objetivo deste artigo é compreender as dinâmicas de um mercado ilegal de cocaína, que tem efeitos sociais importantes na vida de pessoas na tríplice fronteira amazônica. Ele está dividido em duas partes. Na primeira, evidenciam-se aspectos históricos da ocorrência da cocaína na tríplice fronteira, observando como foram produzidas condições objetivas para um fenômeno social que afeta de maneira significativa a vida das pessoas nesse lugar. Na segunda parte, reflete-se sobre a construção social dos envolvimento, em suas múltiplas formas, propiciadas pelo mercado ilegal de cocaína, que se desenvolve e movimenta entre fronteiras nacionais, integrando uma diversidade de agentes e práticas. Por fim, nas considerações finais, discute-se como o mercado ilegal de cocaína é uma experiência social, histórica e relacional em contínuo processo de transformação, com muitas possibilidades para outros investimentos de pesquisa.

Cocaína na tríplice fronteira

O mundo contemporâneo vivencia variados resultados da comercialização de cocaína e das políticas desenvolvidas para o seu enfrentamento em distintas partes do mundo.⁶ É impossível compreender os efeitos dos mercados ilegais de cocaína

fora do escopo de como os Estados nacionais se estruturaram para controlar e reprimir, efetivamente, o seu funcionamento. Em linhas gerais, se está perante mecanismos de poder que, como assinala a hipótese repressiva de Foucault (2005), constituem processos de subjetivação que criam enquadramentos com suporte na separação das práticas entre o legal e o ilegal. Tal também não ocorre sem naturalizar os esquemas de dominação e repressão para fazer ver a e crer na ideia de que existem práticas lícitas e outras ilícitas.⁷ As práticas de produção, comercialização e consumo de cocaína ilustram de maneira bastante significativa os efeitos do poder na vida social, pois as proibições dessas práticas criaram dinâmicas que compõem a vida em lugares como a tríplice fronteira amazônica.

No século XX, a cocaína se transformou em um dos símbolos das políticas de enfrentamento de governos cientes na ideia de que o seu consumo traria danos irreversíveis à pessoa (Rodrigues, 2002). Não obstante, não foi no terreno da saúde pública que se cultivou o enfrentamento ao uso de cocaína, mas no âmbito da segurança pública e soberania nacional. A cocaína passou a ser objeto de uma verdadeira “guerra”, que envolvia relações internacionais entre a maior potência econômica do mundo, os Estados Unidos da América, e os países latino-americanos, sobretudo os considerados produtores. O tráfico de drogas, na América Latina, é, desde a sua origem, um fenômeno social transnacional, que envolve as políticas de controle das fronteiras entre países produtores e consumidores (Maldonado, 2009). A tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia se inscreve de maneira muito particular nessa dinâmica. Conforme é possível observar no discurso oficial das agências de segurança e justiça brasileiras, o Brasil não é um país produtor de cocaína, apesar de o Exército brasileiro já ter encontrado plantações na região. Malgrado ocorrências desse tipo, os operadores de segurança pública – inclui-se o Exército, que tem poder de polícia na área de fronteira – destacam que as ocorrências são esporádicas e, em geral, são pequenas plantações. Assim, a interpretação ordinária é de que a droga que chega ao Brasil é um produto exógeno, oriundo dos chamados países produtores, como Bolívia, Colômbia e Peru.

A tríplice fronteira amazônica convive com as redes internacionais de tráfico de drogas desde os anos de 1970. De acordo com Castillo (1987, p. 30), “um relatório oficial de 1973 informava que por seu aeroporto [Letícia] saíam 1.200 quilos a cada ano de alcaloide [cocaína]” [tradução do autor]. As referências ao início do tráfico, na região, remetem ao trabalho da organização dos irmãos Camilo e Wilson Rivera, em articulação com Verónica Rivera de Vargas, conhecida como *reina de la coca*, na Colômbia (Gootenberg, 2015). A esses primeiros esforços de produção e distribuição da droga em escala internacional, segue o trabalho da organização de Evaristo Porras Ardila, que comandou durante a década de 1980 o tráfico na região, sendo um dos principais articuladores dos esquemas de narcotráfico com o Cartel de Medellín na Colômbia. Ardila foi o líder do Cartel de Letícia e aliado de Pablo Escobar. Atuou na tríplice fronteira desde o final dos anos de 1970 até os de 1990.

Ardila comandou um esquema importante desde Letícia, tornando-se o principal fornecedor do Cartel de Medellín, comandado por Pablo Escobar.⁸ Além de ocupar posição privilegiada no mercado ilegal de drogas em escala internacional, foi representante da empresa Suzuki no Amazonas e Antioquia, além de ter ocupado uma cadeira no Conselho Municipal de Letícia.⁹ Sua influência política na região também não pode ser desprezada, por ter fomentado a carreira política de inúmeros amigos e familiares que ocuparam posições importantes no mundo político colombiano, entre os quais um irmão que se tornou *alcalde*¹⁰ de Letícia. Foi proprietário de hotéis e de outros pontos comerciais, entre os quais se destaca a maior companhia de pescada de Letícia. Entre seus feitos na tríplice fronteira encontram-se a construção de uma mansão que replicava a de um famoso seriado da tevê americana, chamado *Dynasty*. Os sucessos de Evaristo Porras, sua influência política e econômica na região e outras partes da Colômbia, assim como sua associação com Pablo Escobar, compõem o imaginário sobre *bonanza coquera*,¹¹ que trouxe o tráfico à região. As histórias de Ardila retratam um tempo que, para muitos interlocutores, já não existe. A força das organizações colombianas foi objeto de abalos importantes e o domínio do tráfico é disputado entre diversos grupos dos três países.

Os relatos de moradores acusam os peruanos de serem os principais produtores da cocaína que chega à tríplice fronteira, abastecendo organizações não apenas da Colômbia e do Brasil, como também de outras regiões da América Latina. O discurso público de operadores de segurança e justiça do Brasil reforça a acusação social que recai sobre os peruanos, mas alerta para o fato de que organizações dos três países financiam a produção. Após a cocaína ser produzida no Peru, os interlocutores acentuam que ela chega até as cidades do Alto Solimões como pasta-base.¹² Daí em diante, a cocaína é distribuída e alimenta diversos esquemas, com variadas escalas,¹³ dependendo das demandas para comercialização em mercados nacionais e internacionais. Para os moradores, existem diferenças substantivas nas consequências das ações produzidas pela “droga que passa e a droga que fica”, na região.

Em geral, ao considerar a “droga que passa”, as falas dos moradores, registros de operações policiais e materiais da imprensa demonstram que essa área de fronteira, historicamente, é palco da ação de grupos que movimentam os mercados nacionais e internacionais de tráfico de cocaína. De acordo com matéria de Elvira Lobato (1999), no final dos anos de 1990, “pelo menos sete organizações internacionais do tráfico de cocaína atuam na região amazônica do Alto Solimões”. Na reportagem, são informadas as seguintes: Chico Matos; Organização Rivera; Organização Porras; Organização Cachique Rivera; Organização Stela ou Cartel de Los Llanos; Dom Papito; uma organização sem nome especializada em químicos. A organização Chico Matos é apontada como a única brasileira a atuar na tríplice fronteira, na época. As organizações Rivera e Porras são retratadas como presentes na região desde a década de 1980, com participação de filhos e outros parentes dos primeiros envolvidos com o tráfico de drogas entre Brasil, Peru e Colômbia. É oportuno salientar que a participação de famílias, com duas ou três gerações envolvidas em esquemas de comercialização da cocaína, é um dado que aparece nas falas dos interlocutores. Isso ajudou, em certa medida, na transmissão de conhecimentos necessários sobre o manejo da cocaína na floresta amazônica.

Sobre os esquemas internacionais, operadores

de segurança e de justiça relataram que, nos anos 2000, os cartéis tradicionais já não tinham a mesma força de outrora. As primeiras falas sobre o assunto, coletadas em 2013, indicavam que não existia na tríplice fronteira uma organização de grande porte como as dos carteis colombianos dos anos de 1980, predominando esquemas menores com variados grupos disputando os mercados locais e as rotas do rio Solimões. Não obstante, em 2015, a Operação La Muralla, realizada pela Polícia Federal (PF), revelou a existência de um grande esquema de tráfico de cocaína desenvolvido por uma organização do Estado do Amazonas, conhecida como Família do Norte (FDN).¹⁴ A operação envolveu medidas cautelares de interceptação telefônica, prisões preventivas, buscas domiciliares, quebra de sigilos bancário e fiscal, além de sequestro de bens. A operação originou-se de inquérito policial instaurado em 20 de maio de 2014, após a apreensão de 200 mil reais em uma embarcação com destino a Tabatinga (Polícia Federal, 2016). O dinheiro estava oculto em um ar-condicionado, onde a PF também encontrou um *notebook* cuja análise permitiu os primeiros passos da investigação. As investigações levaram à descoberta de uma conexão de tráfico de grandes quantidades de cocaína desde a tríplice fronteira, passando por Manaus, cidades do Nordeste e seguindo até a Europa. O relatório oficial narra as prisões de membros da FDN e as operações realizadas para dismantelar esquemas da organização, destacando a apreensão de aproximadamente 2,2 toneladas de drogas, avaliadas em 18 milhões de reais. O transporte dessas grandes quantidades se tornou possível porque, segundo a investigação, a organização conseguiu criar compartimentos preparados em embarcações de grande porte, com adoção de medidas de contrainteligência mediante utilização de aplicativos de trocas de mensagens.

No decorrer das investigações, a PF evidenciou que os esquemas de transporte entre Manaus e Tabatinga alimentavam uma estrutura muito maior de comercialização de cocaína operada pela FDN. No relatório da Operação La Muralla, a FDN é considerada a terceira maior facção do país, atrás somente do Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV).¹⁵ Consta no relatório que uma de suas lideranças “se vangloria do fato de comandar uma facção organizada, que possuiria

mais de 200 mil homens cadastrados e com senha” (Polícia Federal, 2016, p. 52). A filiação acontece mediante a indicação de um padrinho e o objetivo é estabelecer uma orientação política e também moral conhecida como o *proceder* no “mundo do crime”.¹⁶ Como é possível ver em letras de *funks* atribuídas a membros da FDN, a organização é “a força do crime no Norte” e seu objetivo é proteger os “irmãos”, estabelecendo múltiplos esquemas de proteção contra agências do Estado e outras organizações criminosas. “Se todos andarem pelo certo todos vão pra frente”, diz uma das músicas atribuídas à organização e disponível no YouTube. Além desse elemento comum a outras organizações criminosas no país, a FDN tem como uma de suas principais características o seu orgulho pela supremacia do crime no Amazonas, sendo possível evidenciar em seu discurso público a ideia de que “no Norte tem comando” (Siqueira e Paiva, 2017). As investigações da PF levaram a creditar à FDN

[...] o controle absoluto dos presídios amazônicos, e conseqüentemente, o domínio de todos aqueles que trabalham em uma das maiores rotas de escoamento de drogas do mundo, a chamada “Rota Solimões” (percurso entre Tabatinga/AM, na região da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, a Manaus/AM, navegando pelo Rio Solimões), alcançando quase que o monopólio da distribuição de drogas no Estado do Amazonas (Polícia Federal, 2016, p. 63).

A conquista dessa hegemonia foi possível porque, segundo consta no relatório da PF, os traficantes presos no Amazonas, ao ingressarem no sistema prisional, eram levados a entrevistas com os líderes da FDN, possibilitando que eles conhecessem seus esquemas. Observa-se que um cuidadoso controle da informação foi engendrado para que diversos esquemas de variadas escalas pudessem se consolidar, em suas diversas etapas, em vigoroso sistema de controle do crime envolvendo o transporte da droga que passa pela tríplice fronteira amazônica. Várias mensagens interceptadas de líderes da FDN se reportam a peruanos e colombianos como pessoas que, em suas negociações, devem demonstrar respeito ao “coman-

do” para manutenção de esquemas que atendem aos anseios da organização. A exemplo do que fazem o PCC e o CV, a FDN também estruturou os chamados “tribunais do crime”,¹⁷ estabelecendo punições para os que não “andam pelo certo” ou demonstram deslealdade com o “proceder” do mundo do crime estabelecido pelos princípios políticos e morais da organização. Práticas de tortura e assassinato são meios pelos quais a organização estabelece os limites entre o certo e o errado, sendo a violência a contraparte da paz reivindicada por uma ação organizada. Em linhas gerais, a FDN oferece esquemas de proteção aos envolvidos e isso tem implicações em diversos desdobramentos dos esquemas de tráfico observados, como será demonstrado adiante.

Apesar da força da FDN, durante a pesquisa, muitos outros esquemas povoaram as narrativas dos interlocutores. A “droga que fica” é considerada um problema interno que mobiliza as cidades do Alto Solimões, sobretudo Tabatinga, que possui uma vida noturna agitada. Esquemas de venda em locais estratégicos compõem relações sociais importantes entre traficantes locais e consumidores da região. Existem laços e trocas de favores que podem vir a colocar um pequeno vendedor de cocaína dentro de um esquema com possibilidades de ganhos maiores do que os praticados no comércio local. Manter-se em esquemas menores também é uma estratégia de se manter vivo, pois pequenos e médios esquemas de tráfico se desenvolvem pela criação de laços com um número menor de pessoas, com menores quantidades e, conseqüentemente, maior controle dos riscos. Como não dispõem de um sistema de proteção como o proporcionado pela FDN, os que estão fora da rede da organização devem tomar os próprios cuidados. Não ir atrás de resolver conflitos ou reaver drogas apreendidas ou roubadas pode ser uma tática para prosperar e aproveitar outras oportunidades, mesmo que isso signifique a perda de boa quantidade de dinheiro. Obviamente, atuar fora do comando da FDN também se tornou um problema que, mais cedo ou mais tarde, os interessados na comercialização da droga têm que resolver.¹⁸

É importante destacar o fato de que os grandes, médios e pequenos esquemas relacionados ao tráfico se cruzam, encontrando maneiras de cooperação que se conectam por meio de agenciamentos para servi-

ços muito pontuais. É possível encontrar pessoas que querem que determinada quantidade de droga chegue a certo destino. Existem pessoas que podem fazer a conexão entre o dono da droga e um transportador sem que um saiba do outro. Não saber ou saber o menos possível é uma maneira de atuar dentro de um esquema, sem que isso signifique maior comprometimento. Assim, encontram-se relações particulares de redes que se movimentam por diversificados tipos de envolvimento justapostos, concorrentes, colaborativos ou completamente indiferentes entre si. Esses envolvimento também não são estáticos, transformando-se de acordo com as disposições e interesses postos em jogo.

É sempre preciso considerar certas tradições que parecem bem importantes no reconhecimento de arranjos locais. Na tríplice fronteira, as falas sobre o tráfico retratam envolvimento em esquemas tradicionais de comercialização da cocaína, em que figuram famílias que atuam no crime há duas ou três gerações. Em certa medida, são pessoas que vivem e são apontadas como “muito antigas” na história da cocaína na tríplice fronteira. Essas famílias atuam em rotas que passam por diversas comunidades, operando um sistema de contatos que abrigam e distribuem quantidades em distintas escalas. Em seu trânsito, o tráfico de cocaína vai não apenas se conectando, como também se desenvolvendo e atendendo demandas como a de garimpeiros que trabalham na exploração ilegal de minérios e zonas de prostituição geradas por eles.

Os esquemas de comercialização da cocaína são geradores de práticas de lavagem de dinheiro e múltiplas suspeitas são desenvolvidas em torno de quem “repentinamente” ganha dinheiro. Uma desconfiança generalizada emerge sobre comércios de todo tipo e se une aos processos de discriminação social, sobretudo, referentes aos peruanos. Lavar dinheiro é um problema sério a ser considerado nas instâncias de comercialização da cocaína, precisando sempre se desenvolverem boas justificativas para que um dinheiro sujo possa parecer limpo e dignamente adquirido.¹⁹ Assim, adquirir comércios ou serviços é uma maneira viável de possibilitar a transformação de recursos do tráfico em dinheiro limpo. Ademais, as campanhas eleitorais na região são constantes alvos de suspeitas, por proporciona-

rem arranjos que possibilitam a lavagem de dinheiro. Dificilmente, as falas sobre o crime na região levam a alguma conclusão sobre o assunto, pois elas relatam diversificadas modalidades de ingresso do dinheiro da cocaína na vida econômica da tríplice fronteira. Qualquer atividade, em algum momento, passa por suspeitas de uma população habituada à circulação de dinheiro da cocaína.

A situação do tráfico assume uma representação tão peculiar no discurso público que, em 2008, a PF foi alvo de protestos, quando um de seus delegados afirmou que, em Tabatinga, “quem não traficou ainda vai traficar”. Exatamente isso foi afirmado por vários interlocutores que se mostraram certos de que a cocaína é a única fonte de riqueza real da região. Sua comercialização é tratada por moradores como assunto particular e o tráfico, *grosso modo*, não necessariamente assume formato negativo na avaliação moral de certos interlocutores. “Aqui cada uma cuida da sua vida e ninguém repara como alguém consegue seu dinheiro. O importante é trabalhar”, afirmou uma moradora, ao responder a respeito do tráfico de cocaína na região. Parece uma ideia muito comum e que, de certo modo, colabora com a interpretação de que os associados ao comércio de cocaína não são, automaticamente, associados ao “crime” e tratados como “bandidos”.

A construção social dos envolvimento

Eu entrei que, naquela época, o sonho de qualquer moleque era ficar com a rapaziada, ter dinheiro, ter mulher, tá bem vestido, ter moto da vez. Aí, comecei por iniciativa própria! Eu comprava por grama, na caixinha de fósforo, comprava 10, 20 gramas e comecei. O cara que era meu fornecedor: “pô o cara tá ganhando bem! Chamar o moleque aí para vê o que que o moleque dá conta”. Eu: “beleza!”. Sentou comigo, na época eu ganhava 400 reais por mês, que era uma grana boa, livre, fora bebedeira, roupa, tudo que o cara me dava. Eu aprendi com esse cara. Hoje ele está paralisado em Manaus (morador e ex-integrante de um esquema de tráfico de cocaína).

Este relato narra uma maneira de entrada e dois destinos diferentes. Enquanto o interlocutor goza de uma vida saudável, estudando e trabalhando sem mais nenhum envolvimento com os esquemas de tráfico de cocaína, o seu “chefe” teve um destino diferente. O mesmo interlocutor narrou que muitos de seus conhecidos não tiveram a “sorte de sair vivos”, morrendo durante seu envolvimento. Ao considerar várias histórias contadas ao longo do trabalho de campo, pode-se concluir que existem muitas maneiras de entrar, transitar e sair dos esquemas de comercialização da cocaína na tríplice fronteira amazônica. Em linhas gerais, as pessoas envolvidas no tráfico de cocaína têm motivações diversas e seu engajamento tem variações qualitativas de tempo, conhecimento e comprometimento. Como evidenciou o estudo etnográfico de Campbell (2005), na fronteira dos Estados Unidos com o México, a maioria dos trabalhadores no comércio de drogas não é de super-heróis ricos ou vilões retratados em películas cinematográficas. O mercado ilegal de cocaína é movimentado por pessoas comuns, que atuam em etapas, realizando serviços necessários desde a produção até o consumo local ou internacional. Na tríplice fronteira, é possível encontrar maneiras diversas de envolvimento e objetivação do trabalho nos esquemas de comercialização da cocaína.

Nas conversações e entrevistas com operadores de segurança pública, agentes retrataram que não há um tipo de pessoa específica que pode ser identificada como “traficante” na fronteira. “Nós temos aqui aquele marginal típico da periferia de qualquer cidade, mas esses aí são os peixes pequenos, que fazem mais um trabalho de tráfico interno”, relatou um policial federal, referindo-se a pessoas que traficam nas cidades brasileiras da fronteira. Ainda segundo operadores de segurança pública, são feitas prisões de pessoas que não se enquadram no “biotipo comum do que se pensa que é um bandido”. A ideia evidencia os preconceitos constituintes da visão de operadores de segurança pública sobre “quem” eles acreditam ser os protagonistas dos crimes e, portanto, os objetos preferenciais de sua ação. Mulheres muito bem-vestidas, políticos respeitados, advogados importantes, estrangeiros e comerciantes muito ricos são alguns dos personagens

que, segundo os relatos, também aparecem em prisões decorrentes de operações policiais feitas nessa tríplice fronteira.

O fato de existirem diversos tipos, que podem ter variados envolvimento com o tráfico de drogas na região, não impediu que a pesquisa chegasse a alguns resultados que permitem enxergar tipologias recorrentes nas falas sobre o mercado ilegal de cocaína. Nos discursos, moradores relatam personagens que, em uma ficção estruturada por acontecimentos, compõem as tramas de esquemas de tráfico transfronteiriços. Do ponto de vista metodológico, convém explicitar que esses tipos não expressam a realidade em sua complexidade, mas uma leitura sociológica decorrente de um duplo trabalho de interpretação feito pelo interlocutor e, depois, pelo pesquisador que expõe sua análise sobre o que foi dito. Assim, não é a intenção deste trabalho demonstrar a totalidade das relações e práticas que compõem os esquemas de comercialização de cocaína. O objetivo modesto é situar alguns pontos que ilustram práticas e relações componentes do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira.

O primeiro aspecto importante para compreensão dos tipos de envolvimento com o tráfico na região é o fato de que sempre existe um *dono* ou *donos da droga*. O *dono da droga* é aquela pessoa que a possui, que a adquiriu aplicando recursos financeiros, que está no princípio de algo envolvendo a ideia de propriedade privada de um bem material com valor econômico substantivo. Drogas custam e valem muito dinheiro. A posse da droga significa a posse do dinheiro gerado pela droga. Entender que existe uma pessoa que é a dona da droga ajuda a elucidar algumas coisas dentro de uma seara de relações complexas e fugidias. Isto porque, ao entender que existe um dono, se compreende também haver pessoas que não são donas dessa droga. Seria simples se os donos fossem os responsáveis por todo o processo de produção e comercialização da droga. Um ou mais donos, no entanto, precisam se relacionar com muitas outras pessoas não donas dessa droga, pois a rentabilidade de seu produto depende da sua chegada e comercialização em determinados mercados. Com procedência nessa necessidade básica de relações entre donos e não donos, inicia-se uma série de problemas que, em

certa medida, envolve a administração política pela violência desse conjunto de relações.

Os *donos das drogas* são vistos, na tríplice fronteira, como aqueles que mobilizam o mercado e as associações feitas para movimentá-lo. São eles, em geral, que guardam uma conexão fundamental para o mercado de drogas na tríplice fronteira, qual seja, aquela com os *produtores*. Do ponto de vista dos brasileiros, o *produtor* é diferente do *dono da droga*. Como explicado anteriormente, a produção de cocaína na tríplice fronteira amazônica é atribuída a agricultores peruanos. Eles são o alvo de uma acusação social abrangente, presente em matérias jornalísticas e em rumores a respeito dos “culpados” pela cocaína chegar ao Brasil. Não é uma novidade, mas uma acusação que percorreu a história, pois, desde a *bonanza coquera*, o Peru é classificado como território das plantações que outrora abasteceram o Cartel de Medellín e agora sustentam os diversos mercados brasileiros, com quantidades mensuradas em toneladas pelas forças de segurança. Como demonstra o estudo de Olivar, Melo da Cunha e Rosa (2015), os peruanos são desqualificados por brasileiros e colombianos, sobretudo pelas desconfianças em relação à legitimidade da sua participação econômica na tríplice fronteira. Como é possível verificar em Tabatinga e Benjamin Constant, a presença peruana é marcante no comércio local, sendo objeto de queixa de brasileiros que, entre outras coisas, os acusam de enriquecimento ilícito.

A cocaína chega às cidades brasileiras como pasta-base, encontrando ali uma série de negociações entre seus *donos*, ou seja, as pessoas que financiam a produção e mobilizam os esquemas de comercialização no território brasileiro. Convém salientar que se os *produtores* são sempre as mesmas pessoas, agricultores peruanos pobres, no discurso dos brasileiros na tríplice fronteira; os *donos de drogas* podem ter variadas origens e nacionalidades. Suas disposições para atuar nos esquemas de tráfico também têm variações importantes, pois podem coordenar ativamente o sistema ou controlá-lo a distância, sem comparecer aos principais pontos de produção e comercialização da droga. Eles podem ser pessoas que despertam medo nas outras ou nenhuma suspeita de que fazem o que fazem. Em geral, todos eles são identificados pelos operadores de

segurança e justiça como *traficantes*.²⁰ A alcunha de *traficante* é comum e uma categoria política, cujo objetivo é enquadrar sujeitos com papéis e funções muito distintas dentro dos esquemas ativados pelo tráfico de cocaína. É uma invenção por demais abrangente que tem um efeito de realidade perverso, principalmente para as pessoas que ocupam posição subalterna nos mercados ilegais de drogas. Homogeneiza tipos de *donos de drogas*, com distintas disposições para operar no mercado. Conforme revelaram os moradores, “aqui tem gente que não quer matar e nem nada disso, o cara não é um criminoso. Ele quer só ganhar o dele para sustentar a família”. Eles também reconhecem que “existe aqui [na tríplice fronteira] pessoas ruins, o cabra mata o outro é por qualquer coisinha, só porque acha que a pessoa está querendo passar a perna nele”. Entre um tipo e outro, existem sujeitos que vivem de uma prática ilegal, movendo um mercado lucrativo, operado por diversos meios.

Os reconhecidos como *grandes traficantes*, por exemplo, são proprietários de esquemas que movimentam grandes quantidades de cocaína. Em geral, são homens que ocupam posições socialmente referenciadas fora do mundo do crime, atuando em mercados legais e até na esfera política. A sua fama é socialmente construída por narrativas e rumores de grandes feitos que transtornam os mecanismos de controle social em curso. São homens que atuam manejando grandes quantidades de drogas, em geral, com uso da força pertinente aos seus acertos de conta. O uso da força é meio importante para manutenção do seu *status quo*, pois sua capacidade administrativa decorre da maneira de impor e efetivar seu mando. Ser desmoralizado ou considerado fraco situa o *grande traficante* em posição desprestigiada dentro de um mercado repleto de sujeitos competindo por um lugar privilegiado e mais rentável. No caso da tríplice fronteira, existem alguns mitos em torno de *grandes traficantes* que atuaram na região.

Em linhas gerais, as figuras dos lendários narcotraficantes colombianos, como Pablo Escobar e Evaristo Porras, constituem o imaginário a respeito do que são os grandes traficantes. São personagens que cumprem, em boa medida, as características estruturais do que é a figura típica ideal do *grande traficante*. É um sujeito que enfrenta o Estado e se

movimenta entre os mercados legais e a vida política nacional, agenciando diversas pessoas e dispositivos de controle social. Ao final, encara um destino trágico em decorrência de suas ambições de fortuna e poder. A pretensão de encontrar essas grandes figuras foi desmobilizada, no início de 2014, quando, nas primeiras entrevistas, os operadores de segurança pública chamaram a atenção para o fato de “esses grandes traficantes como Escobar não existem mais, agora os esquemas são mais mafiosos”. A ideia que permeava os discursos dos operadores de segurança pública era a de que as atividades de traficantes na região ocorriam sem grande exposição, uma vez que o enfrentamento com as instituições de controle não era mais um caminho considerado estratégico para um mercado ilegal de drogas.

As falas dos interlocutores destacaram que o último *grande traficante* que ousou desafiar as forças policiais era um peruano, chamado Jair Ardela Michue e conhecido como Javier. Segundo relatos, Javier foi o “último *grande traficante* da tríplice fronteira”, com um histórico de violência contra agentes do Estado, sendo acusado da morte de dois policiais federais na região. A prisão de Javier aconteceu em março de 2011 e, segundo interlocutores da PF, representou o fim dos esquemas de tráfico de cocaína protagonizados por criminosos que, em sua prática, ousavam desafiar as forças policiais. Portanto, na visão dos policiais federais, a prisão de Javier não representou o fim do tráfico ou da violência, mas de um estilo de fazer o tráfico em uma região de fluxo significativo de cocaína. Apesar da ascensão da FDN, essa leitura prevaleceu nas interlocuções até o final da pesquisa, evidenciando que a organização amazonense atua na fronteira de maneira estratégica e, na medida do possível, evitando situações de enfrentamento direto com as forças policiais da região. Outro dado importante é o fato de as lideranças da FDN não aparecerem nos relatos como “pessoas da fronteira”, a exemplo de Javier, mas figuras que trabalham nos principais centros de comercialização da cocaína, como a cidade de Manaus.

Entre os *donos de drogas* estão pessoas que possuem quantidades menores e empreendimentos mais modestos. Em linhas gerais, são *pequenos traficantes* ou *traqueteiros* (como conhecidos na Colômbia e

Peru) que movimentam esquemas locais ou rotas muito específicas, com destino até Manaus. Esses “microempreendedores” podem ou não, em algum momento da vida, estabelecer associação com esquemas maiores. Isso dependerá dos seus interesses em jogo. Podem querer comprar uma moto, ter o dinheiro da “farra”, ajudar a família, poder fazer uma viagem ou até conseguir um bom dinheiro para investimento em um negócio legal. É possível ganhar dinheiro “sem crescer os olhos”, ou seja, fazendo pequenos negócios sem chamar a atenção. Os *traqueteiros* não deixam de ser alvos de policiais militares e civis, além de sofrerem as pressões de outros traficantes. Apesar de privilegiarem o anonimato e o segredo, a melhoria de vida é um dos elementos que os torna objeto de observação e suspeita. Alguns, mesmo não atuando abertamente, são conhecidos na cidade como “pessoas que mexem com o que não é certo”, enquanto outros parecem obter sucesso significativo em se ocultar totalmente, despertando certa surpresa na comunidade quando presos. “Aqui de vez em quando a gente fica bestinha! Mana, o fulaninho foi preso mexendo com droga” – revelaram relatos que demonstram essas nuances de quem faz o tráfico na tríplice fronteira.

Existe ainda um problema central nos esquemas de comercialização da cocaína, qual seja, como fazer o produto chegar do ponto A ao B. A droga precisa ser transportada por pessoas que obtenham sucesso nesse processo. Em geral, homens e mulheres que não sejam, imediatamente, identificados como traficantes. As *mulas* são os exemplos emblemáticos de pessoas envolvidas que, em linhas gerais, chegam a ser classificadas como traficantes pelo *discurso público* e tratadas como não marginais nos *discursos ocultos*. As *mulas* são pessoas que levam a droga de diversificadas maneiras. É clássica a designação de *mulas* para pessoas que ingerem a droga ou a escondem em suas bagagens, tentando embarcar para destinos via aeroporto ou embarcações fluviais. Os locais de embarque e desembarque são, geralmente, os da sua prisão. Quando são encontradas por policiais com a droga em suas bagagens, elas afirmam que a droga não lhes pertence e não sabem, obviamente, de quem seja. Pouco importam as explicações para policiais, promotores e juízes que efetivam sua prisão por tráfico de drogas.

Afirmar quem foi que a contratou e qual destinatário da droga é difícil para a pessoa presa como *mula*, pois ela teme as consequências. Em um cálculo simples, as *mulas* preferem a pena de prisão e a mácula em suas vidas. Em muitas falas, essas pessoas são tratadas como vítimas e não as responsáveis por um mercado ilegal “repleto de bandidos que continuam soltos, enquanto a gente prende só os peixes miúdos”, relatou um policial local.

Conforme foi possível observar na pesquisa, transportar cocaína da tríplice fronteira até os mercados nacionais e internacionais é o principal problema a se resolver por quem movimenta os esquemas de comercialização. Um grama de cocaína em Lisboa não é a mesma coisa de um grama de cocaína em Tabatinga. Pilotos de avião, barqueiros, viajantes, empresários de variados ramos, produtores rurais, pescadores, funcionários públicos, profissionais liberais, entre outros, são constantemente assediados pelos valores econômicos possíveis de conquistar. “Às vezes o cara não é bandido, mas quer comprar uma moto, fazer uma reforma ou abrir o próprio negócio”, explicou um interlocutor. Pelo que foi possível verificar nas conversações, o quilo da pasta-base de cocaína pode custar de 7 mil reais a 12 mil reais, em Manaus. Esses valores e sua variação constituem parâmetros para negociações locais que visam ao transporte da fronteira à capital amazonense. É possível pelo transporte de apenas um quilo de pasta-base de cocaína receber de mil a mil e quinhentos reais. Convém esclarecer que esses valores são variáveis por motivos que envolvem a quantidade, as condições de transporte, os esquemas de segurança a serem enfrentados e a disposição de quem ousa participar dessa empreitada. É difícil precisar o quanto é possível ganhar e o valor exato de determinadas quantidades de cocaína. Nas estimativas de interlocutores, ao chegar às cidades do Nordeste, o quilo de pasta-base passa a valer algo em torno de 20 mil reais. Na Europa, o mesmo quilo de cocaína de boa qualidade pode custar até 60 mil euros. Não são valores absolutos e precisos, mas estimativas que povoam a imaginação, alimentando a ideia de que a cocaína é uma mercadoria valiosa e pela qual vale a pena correr riscos.

Os relatos de barqueiros, por exemplo, demonstram os percalços de lidar com “propostas tentadoras” para levar determinadas quantidades de

cocaína até certa altura do rio. “Eu nunca aceitei porque aquilo não é meu, mas se eu for pego aí tem que ser”, disse um dos barqueiros da região. Em suma, todos os que se dispõem a transportar precisam considerar esse cálculo, pois a delação pode significar a perda da vida. Em muitos casos, é possível encontrar pessoas que transportam a droga com amparo em acordos que consistem em ter o mínimo de conhecimento possível, o que lhes possibilita nenhum esforço para mentir já que, realmente, não têm ideia da propriedade, origem e destino. Em determinados esquemas, é preciso ainda mobilizar recursos para pagamentos de propinas a funcionários públicos que funcionam como pessoas estratégicas para abrir caminhos em rotas pelas quais circulam grandes quantidades de cocaína. São pessoas pagas para fazer “vista grossa” e possibilitar a circulação de pessoas comprometidas em levar cocaína da tríplice fronteira para seus respectivos destinos.

O mercado ilegal de cocaína precisa de muitos serviços para a comercialização da droga, desde a produção da pasta-base até seu refino e devido tratamento para ocultação e transporte. Necessita ainda de vários saberes, que precisam ser acionados em cada etapa do processo. Carece de pessoas capacitadas para atividades rotineiras, por exemplo, embalar a droga de uma maneira específica para que ela possa ser transportada de certo modo, dependendo do meio em que ela será acondicionada, resfriada ou inserida em determinado local. Há insumos, além da folha de coca, e todos eles precisam ser adquiridos por meio da ação de pessoas que ganham seu dinheiro fornecendo algum suporte ao tráfico de cocaína. As organizações criminosas não existem sem domínio de uma série de informações e articulações com pessoas que estão em contato, mas não por isso se julgam ou são julgadas como criminosas por “fazer algo errado”. Assim, no *discurso oculto*, o poder do Estado e a ação de suas forças policiais são alvos de críticas quando alguém é preso mesmo sem representar “uma ameaça verdadeira” como representam os “verdadeiros bandidos”. Com apoio nos relatos, observou-se que os *bandidos* são as pessoas que efetivamente podem fazer mal a outras, sobretudo, fisicamente. Assim, menos do que o *traficante*, os *pistoleiros* aparecem como as figuras que retratam melhor o que os moradores compreendem como um “verdadeiro bandido”.

Os *pistoleiros* são peças-chave nos esquemas de dominação estruturados para manutenção dos mercados ilegais de drogas.²¹ Como destaca Gambetta (2005), um dos problemas dos mercados ilícitos como o das drogas é a falta de proteção formal dos negócios. Restam poucas opções para os *donos das drogas* exercerem seu controle e gerenciamento financeiro de um mercado de alto potencial econômico e repleto de interesses em jogo. Eles não podem contar com serviços de proteção ao crédito para tratar com seus devedores nem com agências de segurança pública para lidar com os que lhes roubam. A violência tornou-se um meio bastante usual nos mercados ilegais de drogas, especialmente no Brasil. Conforme evidencia a pesquisa de Snyder e Duran-Martinez (2009), a violência não é uma condição inerente aos mercados de drogas; o grau de letalidade desses mercados depende de uma série de outros fatores como os esquemas de proteção disponíveis para os envolvidos poderem desenvolver suas ações. Na tríplice fronteira, no entanto, são os crimes de pistolagem que organizam as relações de poder, demonstrando em assassinatos públicos que existe uma ordem social entre envolvidos no mercado ilegal de cocaína que merece e precisa ser respeitada.

A ideia de haver uma ordem das coisas na tríplice fronteira é tão comum que moradores, operadores de segurança pública e justiça criminal concordam acerca de que é possível viver em paz na região, desde que a pessoa “não se meta em confusão”. Isso significa que é possível conviver e atuar no mercado ilegal de drogas com relativa tranquilidade, respeitando o que pertence aos *donos da droga*. Operadores de segurança pública, inclusive, ressaltam que seu trabalho é entendido pelos *traficantes*, desde que não se queira “passar a perna nels”. Conforme foi possível observar, as ações mais comuns que culminavam em mortes por acertos de conta, no período da pesquisa, envolviam desvios pertinentes ao trabalho em determinadas etapas dos esquemas de tráfico. Existem muitas outras situações de enfrentamento pelo controle dos esquemas de tráfico de drogas e motivações decorrentes de interesses ou contrariedades de traficantes. Nas falas obtidas, no entanto, os principais motivos para morte de uma pessoa, na tríplice fronteira, são

situações de assalto ou tentativas de enganar *o dono* ou *os donos da droga*. Nesses casos, os *pistoleiros* são os sujeitos responsáveis pela restituição do equilíbrio e da ordem das coisas nas dinâmicas do mercado ilegal de cocaína.

É comum, na tríplice fronteira, escutar histórias de pessoas que, ao transportar drogas para outras cidades, retornaram sem o dinheiro da mercadoria, alegando que foram assaltadas ou pegas em operações policiais. São possibilidades reais de um negócio permeado por perigos entre ganhos e perdas significativas de dinheiro. Conforme se verifica nas histórias contadas por moradores, os traficantes sabem da possibilidade de um transportador perder a droga, e, não necessariamente, a princípio, alguém é assassinado por não conseguir completar uma missão. O problema é que a vida dessa pessoa entra em um estado de suspensão, seus passos são seguidos e atitudes avaliadas cuidadosamente. Há sempre a suspeita de que a pessoa esteja trapaceando e, quando isso se confirma, é a hora de os pistoleiros entrarem em ação, sempre do mesmo modo. Um motorista e uma pessoa armada na garupa de uma moto chegam a um lugar público onde está o alvo e atiram a queima roupa na vítima. Sobre os *pistoleiros*, sabe-se que existem pessoas da região e de fora, dos três países, que cobram variados preços e têm distintas competências. “Tem do Neymar ao jogador de várzea”, explicou um policial local. Quando a situação envolve um grupo que, porventura, atuou no assalto de uma quantidade importante de drogas, vários *pistoleiros* podem ser acionados para resolver a situação.

Durante o trabalho de pesquisa, a presença de *piratas* nos rios do Estado do Amazonas foi apontada como um problema para os esquemas de transporte de cocaína. A ação dos *piratas* foi relatada por pescadores, que também são alvos da ação desses sujeitos. Alguns são identificados como pertencentes a comunidades do Alto Solimões, criando uma situação de perigo para outras pessoas em virtude de possíveis enfrentamentos em seus locais de moradia. A ação de *piratas* foi narrada como problema efetivo para o trânsito de cocaína, pois, uma vez que tomam posse da droga, cobram resgates ou negociam com outros traficantes. Em boa medida, os relatos revelaram que os *piratas* se tornaram

um problema significativo para esquemas de tráfico, despertando a atenção de organizações como a FDN. As falas de operadores de segurança e justiça ressaltam que a FDN investiu, após ação de *piratas*, em armas para aperfeiçoar sistemas de proteção às suas mercadorias transportadas pelos rios do Alto Solimões. Ao transformar traficantes em alvos de suas ações, os *piratas* se fizeram um problema real que tensiona o mercado, criando a necessidade de maior investimento em dispositivos de proteção para que a droga possa ser escoada e alcançar os mercados para os quais é destinada.

São nessas circunstâncias que os *donos de drogas* devem se movimentar, considerando os dispositivos de controle social do Estado e os infortúnios de trapaceiros de dentro do seu próprio esquema ou ação de assaltantes externos, como os *piratas*. Além dos *piratas*, é possível divisar nos relatos rumores de policiais e integrantes de outras organizações envolvidos em assaltos a traficantes. Ante as dificuldades pertinentes a manter a ordem em mercado permeado por conflitualidades, os *pistoleiros* gozam de prestígio social como o “remédio” para diversos problemas de gerenciamento dos esquemas de tráfico. A eficácia de seu trabalho é atestada pela população em virtude de não oferecerem alternativa para enfrentamentos e troca de tiros. Como se repete sistematicamente, na tríplice fronteira, “aqui a bala tem nome e endereço certo”. Essa ideia explica como, na cidade de Tabatinga, portadora da fama de lugar violento e perigoso, é possível encontrar pessoas indiferentes à violência e que afirmam morar em uma cidade tranquila. Afinal, “quem morre é apenas quem tem que morrer”, explicaram os interlocutores.

A ideia que parece marcar a visão de moradores da tríplice fronteira é a de que os envolvidos, no mercado ilegal da cocaína, fazem o crime como uma prática racional que tem fins econômicos e princípios morais. É preciso considerar os interesses e comportamentos que não podem ser definidos apenas pelos parâmetros de legalidade e juízos de valor que não dialogam com os problemas práticos da tríplice fronteira. “Eu arrisco dizer que se não fosse o contrabando e o tráfico de drogas parte dessa população teria morrido de fome”, explicou um operador de segurança pública. Em sua visão, não está o intento de

justificar e louvar o crime, mas o entendimento de que a pessoa envolvida tem razões que podem ser compreendidas. Embora isso não apareça no *discurso público* de nenhum morador ou instituição, é evidente nos *discursos ocultos* que falam da comercialização de cocaína na tríplice fronteira amazônica. Não se conversou com uma só pessoa que acredite ser bom viver sob ameaça de grupos armados que estruturam esquemas de tráfico e, portanto, exprimem disposições para agir com violência; tampouco, deixou de ser notório o entendimento de que os sujeitos envolvidos promovem uma ação questionadora de um Estado que vê a fronteira amazônica apenas como um problema de segurança, negligenciando a existência de pessoas que vivem uma realidade transfronteiriça repleta de problemas de alimentação, saúde, educação e garantia de direitos básicos.

Considerações finais

A pesquisa não buscou evidenciar nenhuma prática que não seja amplamente conhecida e muito menos revelar segredos que estejam profundamente escondidos. A intenção foi demonstrar as dinâmicas de um mercado ilegal, explorando as nuances sociológicas de ações e relações constituídas por sentidos socialmente referenciados, historicamente construídos e compartilhados de maneira intersubjetiva. Buscou-se compreender como o mercado ilegal de cocaína se constitui na tríplice fronteira amazônica, oferecendo possibilidades de intercâmbios e relações reveladas por maneiras de ver, agir e refletir sobre o mundo social. Portanto, não foi intenção retratar todos os aspectos de práticas e sujeitos envolvidos no fenômeno social analisado. O objetivo foi compreender como os movimentos que compõem os mercados ilegais de cocaína, na região estudada, são maneiras de fazer o crime por demais móveis e flexíveis em sua dinâmica relacional, política e moral. Não existem tipos ou determinações absolutas, quando muito, dinâmicas vigentes e passíveis de mudança conforme as situações, as correlações de força e os interesses que movem a produção, a passagem e a comercialização da cocaína desde a tríplice fronteira até seus demais destinos.

Cada um dos sujeitos retratados aqui de maneira muito rápida poderia ser objeto de análise única e fecunda. Apresentá-los objetivou expor o papel de suas ações no panorama mais amplo e completo dos esquemas de comercialização da cocaína na tríplice fronteira. São pessoas que fazem escolhas, estabelecem relações e fomentam conflitualidades. As suas sociabilidades estruturam modos de cooperação que possibilitam ações criminosas em variadas escalas. Os conflitos inerentes aos esquemas que elas protagonizam são estruturantes de situações de violência que afetam a população da tríplice fronteira de maneiras distintas. A possibilidade de haver violência como meio de manutenção dos mercados ilegais cria ordem, elabora modos de fazer e ilustra princípios que, entre outras coisas, são referenciais para os envolvidos nas dinâmicas do tráfico de cocaína. As ações dos envolvidos no mercado ilegal de cocaína não são a manifestação de um poder paralelo, porque não criam uma realidade alternativa, pelo contrário.²² Em seu trabalho na comercialização de cocaína, tais pessoas mobilizam o conhecimento comum de uma sociedade de mercado, criando opções econômicas para si e para outras pessoas atraídas por essa atividade. Elas manejam as estruturas de poder, conhecendo e explorando suas brechas, não as preenchendo, pois não é esse exatamente o seu interesse. As dinâmicas de poder do mercado ilegal de cocaína, na tríplice fronteira amazônica, convivem com os poderes estabelecidos em instituições de governo e agências de controle social do crime. Por essa razão, a emblemática prisão de Javier, relatada inúmeras vezes por operadores de segurança no início da pesquisa, se tornou um símbolo do fim de certo modo de fazer o tráfico na região. Para os interlocutores, as situações de enfrentamento entre traficantes e agentes do Estado são incomuns na fronteira. Isso demonstra que quem faz o crime sabe como se acomodar ao poder de Estados nacionais, prestando-lhe o devido respeito e obediência em determinadas circunstâncias.

O mercado ilegal de cocaína, na tríplice fronteira, é uma experiência social, histórica e relacional, que afeta a vida das pessoas em virtude das oportunidades e violências geradas em seu desenvolvimento. Por fim, os resultados expressos no estudo corres-

pondem a uma pesquisa em determinado espaço de tempo de um fenômeno socialmente fluido e rápido em suas modalidades de transformação. Ao contrário do movimento lento, quase estático, dos modos de controle social implementados pelo Estado em seu desejo de coibir o tráfico de drogas, os esquemas de comercialização da cocaína desde a fronteira são reinventados todos os dias e trabalhados por meio de agenciamentos diversificados e negociados em duplo movimento. Por um lado, são considerados os desejos e disposições em jogo pelos envolvidos e, por outro, são observadas as condições objetivas de manejo da cocaína em circuitos permeados por múltiplos perigos. Como é possível observar, em certos momentos, os enfrentamentos acontecem e a violência compõe várias das dimensões relacionais dos esquemas de tráfico. Em outros, as ações para movimentação dos esquemas se adaptam da melhor maneira possível, oferecendo pouca ou nenhuma resistência aos controles estabelecidos. Ao observar o mercado ilegal de cocaína, não se encontrou um modelo, mas práticas em constante movimento de ajustamentos às condições objetivas pelas quais o mercado vai se adequando. Não há um jeito de ser, mas maneiras de fazer ativadas pelas inteligências e disposições em uma realidade multifacetada que, entre outras coisas, exige dos pesquisadores sensibilidade para lidar com fatos acontecendo e se desmanchando ao mesmo tempo.

Notas

- 1 Paiva (2015) detalha os pormenores do trabalho de campo e das caracterizações regionais da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia.
- 2 Todas as pessoas entrevistadas foram devidamente esclarecidas sobre os objetivos e fins da pesquisa e concederam as entrevistas cientes do seu uso para fins acadêmico-científicos, com a garantia do anonimato para preservação de sua segurança e bem-estar, sendo a responsabilidade pelas informações, integralmente, do autor.
- 3 O trabalho Steiman (2002) traça um perfil dos municípios da fronteira norte e analisa as relações espaciais entre as cidades de Tabatinga e Letícia, destacando redes e fluxos transfronteiriços em transações formais e informais que constituem esses territórios.
- 4 Ao estudar a Nova Lei das Drogas, de 2006, Campos (2015) demonstra como as legislações operam como dispositivos de controle social, criando implicações nas maneiras de governar traficantes e consumidores.
- 5 O trabalho de Wilson e Donnan (2012) discute as múltiplas abordagens e perspectivas teórico-metodológicas que animam o campo de estudo das fronteiras internacionais.
- 6 Em dossiê organizado sobre o tema, Alvarez, Fraga e Campos (2017) mostram a variedade de estudos e compreensões a respeito das políticas, produção, comércio e uso de drogas em vários contextos sociais.
- 7 Telles (2009) analisa a transitividade entre o legal e ilegal, formal e informal, lícito e ilícito, demonstrando como indivíduos transitam e sabem lidar com os códigos de cada um dos lados.
- 8 A vida de Evaristo Porras permeou o noticiário colombiano pelos seus anos de participação nos esquemas de narcotráfico, mas também na ocasião de sua morte, com destaque para o fato de ele morrer na miséria (Revista Cromos, 2010).
- 9 *Concejel*, equivalente a vereador no Brasil.
- 10 *Alcalde*, equivalente ao prefeito no Brasil.
- 11 A *bonanza* é um conceito para explicar períodos de significativo desenvolvimento econômico relacionados a produtos oriundos da floresta amazônica (Tovar Pinzón, 1994). A *bonanza coquera* corresponde ao período áureo do comércio de cocaína, sobretudo na Colômbia. Belisamón (2010) explora os efeitos desse fenômeno, na tríplice fronteira, entre as comunidades Ticunas do Amazonas colombiano.
- 12 Após a maceração de folhas da planta *Erythroxylon coca*, os sucos que contêm o alcaloide cocaína são misturados a produtos como sal, alvejante, gasolina, cal virgem ou cimento para produção de uma primeira pasta que depois será “cozinhada” ou “lavada”, ou seja, tratada por outros químicos que irão dar constituição à pasta-base de cocaína. O grau de pureza das pastas-base comercializadas depende ainda das técnicas usadas para seu armazenamento e transporte.
- 13 Como explicam Hirata e Grillo (2017), os mercados ilegais de drogas se conformam a uma espécie de “geometria de escalas variáveis”, em que se articulam atacadistas e varejistas.
- 14 Candotti, Melo da Cunha e Siqueira (2017) explicam como a FDN foi construída socialmente, problematizando as dinâmicas discursivas em torno das suas maneiras de fazer o crime. Os autores propõem uma discussão a respeito da ideia de “crime organizado”

para analisar as ações da FDN.

- 15 As dinâmicas criadas pelo PCC (Dias, 2011; Biondi 2014) e o CV (Lessing, 2008; Mattos, 2016) foram importantes para FDN, sendo replicadas e adaptadas às circunstâncias de suas áreas de atuação.
- 16 Sobre o *proceder*, Marques (2010) destaca que é um tipo peculiar de relação política entre presidiários e ex-presidiários que, em linhas gerais, orienta as experiências, moralidades e sociabilidades entre eles.
- 17 Feltran (2010) discute como os “tribunais do crime” foram implementados, em São Paulo, e funcionam como dispositivos de regulação do “mundo do crime”.
- 18 Como demonstra Antônio Rafael (2001), os movimentos do tráfico de drogas envolvem constante transformação decorrente da correlação de forças e alianças desenvolvidas.
- 19 Sobre as práticas de lavagem de dinheiro desenvolvidas por determinadas organizações criminosas, o trabalho de Williams (2001) demonstra como uma gestão empresarial levou esses grupos a atuarem de maneira transnacional, com vários arranjos financeiros e trabalho em rede.
- 20 Barbosa (1998) problematiza a categoria traficante e como esta é construída na cidade do Rio de Janeiro.
- 21 O trabalho de Barreira (1998) discute como a experiência social dos pistoleiros atualiza sua prática à luz de suas referências morais.
- 22 Machado da Silva (2004) faz a crítica da ideia de poder paralelo ao discutir a complexidade de formas de vida construídas entre a ordem estatal e as configurações de uma sociabilidade violenta.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. (2012), “Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: o atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil)”. *Geopolítica(s)*, 3 (2): 185-205.
- ALVAREZ, Marcos César; FRAGA, Paulo César Pontes & CAMPOS, Marcelo da Silveira. (2017), “Apresentação”. *Tempo Social*, 29 (2): 1-14.
- APONTE MOTTA, Jorge M. (2012), “Comercio y ocio em la transformación del espacio urbano fronterizo de Leticia y Tabatinga”, in C. G. Zárate Botía (org.), *Espacios urbanos y sociedades transfronterizas em la Amazonia*, Leticia, Universidad Nacional de Colombia. Instituto Amazónico de Investigaciones (Imani).
- BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. (1998), *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Eduff.
- BARREIRA, César. (1998), *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- BARREIRA, César. (2002), “Pistoleiro ou vingador: construção de trajetórias”. *Sociologias*, 4 (8): 52-83.
- BELISAMÓN, Ángela Alexandra Huérfano. (2010), *San José KM. 6: transformaciones de una comunidad Ticunadel Amazonas colombiano*. Dissertação de mestrado, Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonia.
- BIONDI, Karina. (2014), *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Terceiro Nome.
- BOURDIEU, Pierre. (2003), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira. (2015), *Pela metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo*. Tese de doutorado, São Paulo, USP.
- CAMPBELL, Howard. (2005), “Drug trafficking stories: everyday forms of narco-folklore on the US-Mexico border”. *International Journal of Drug Policy*, 16 (5): 326-333.
- CANDOTTI, Fabio M.; MELO DA CUNHA, Flávia & SIQUEIRA, Ítalo L. (2017). “A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado”, in F. Mallart e R. Godoi. *BR 111: a rota das prisões brasileiras*, São Paulo, Veneta/Le Monde Diplomatique.
- CARDIN, Eric Gustavo (org.). (2013), *As múltiplas faces das fronteiras*. Curitiba, CRV.
- CASTILLO, Fabio. (1987), *Los jinetes de la cocaína*. Bogotá, Editorial Documentos Periodísticos.
- CHIN, Ko-lin & ZHANG, Sheldon X. (2012), *Chinese connection: cross-border drug trafficking between Myanmar and China*. Final report to the United States Department of Justice (unpublished), National Criminal Justice Reference Service.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. (2011), *Da pulve-*

- rização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Tese de doutorado, São Paulo, USP.
- FAIRCLOUGH, Norman. (2001), *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora da UnB.
- FELTRAN, Gabriel de S. (2010), “Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo”. *Cadernos CRH*, 23 (58): 59-73.
- FOUCAULT, Michel. (2005), *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, Martins Fontes.
- GAMBETTA, Diego. (2005), *La mafia siciliana: el negocio de la protección privada*. México DF, Fondo de Cultura Económica.
- GOOTENBERG, Paul. (2015), *Cocaína andina: el proceso de una droga global*. Buenos Aires, Eudeba.
- GRIMSON, Alejandro. (2005), “Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas em Uruguayana (Brasil) – Libres (Argentina)”, in R. C. Oliveira e S. G. Baines (orgs.), *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*, Brasília, Editora da UnB.
- HIRATA, Daniel Veloso & GRILLO, Carolina Christoph. (2017), “Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro”. *Tempo Social*, 29 (2): 75-98.
- LESSING, Benjamin. (2008), “As facções cariocas em perspectiva comparativa”. *Novos Estudos Cebrap*, 80: 43-62.
- LOBATO, Elvira. (1999), “Crime organizado: Alto Solimões é porta de entrada da droga; país também é usado para lavagem de dinheiro. 7 cartéis do tráfico agem na Amazônia”. *Folha de S. Paulo*, 21 nov.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2004), “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. *Sociedade e Estado*, 19 (1): 53-84.
- MALDONADO, S. (2009), “Territorios, ilegalidades y soberanías de los Estados-nación en torno de las drogas”. *E-Quadern*, 13: 1-28.
- MARQUES, Adalton. (2010), “‘Liderança’, ‘proceder’ e ‘igualdade’: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital”. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 14 (2): 311-335.
- MARTINS, José de Souza. (2012), *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, Contexto.
- MATTOS, Carla dos S. “Uma etnografia da expansão do mundo do crime do Rio de Janeiro”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31 (91): 1-15.
- MISSE, Michel. (1997), “As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio”. *Contemporaneidade e Educação*, 1 (2): 93-116.
- OLIVAR, José M. N.; MELO DA CUNHA, Flávia & ROSA, Patrícia C. (2015), “Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da ‘migração peruana na Amazônia brasileira’”. *Tomo*, 26: 123-163.
- PAIVA, Luiz Fábio S. (2015), “Nas margens do Estado-nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica”. *Tomo*, 27: 327-359.
- PAIVA, Luiz Fábio S. (2016), “As dinâmicas do monopólio da violência e do controle em um território transfronteiriço e amazônico”. *Tempo da Ciência*, 23 (46): 60-79.
- POLÍCIA FEDERAL. (2016), *Operação La Mu-ralla*. Relatório final. Superintendência Regional do Amazonas, DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes.
- RABOSSI, Fernando. (2011), “Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai)”. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 15 (1): 83-107.
- RAFAEL, Antônio. (2001), “Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro”. *Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política*, 2 (2): 166-179.
- REVISTA Cromos. (2010), “Evaristo Porras, el triste final de un capo”. *Cromos, on-line*, 28 mar.
- RODRIGUES, T. M. S. (2002), “A infundável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente”. *São Paulo Perspectiva*, 16 (2): 102-111.

- SCHÜTZ, Alfred. (2012), *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis, Vozes.
- SCOTT, James C. (2013), *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa, Letra Livre.
- SIQUEIRA, Ítalo B. L. S. & PAIVA, Luiz Fábio S. (2017), “No Norte tem comando: as contradições e os efeitos políticos do encarceramento em massa”. Trabalho apresentado no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Brasília, Sociedade Brasileira de Sociologia.
- SNYDER, Richard & DURAN-MARTINEZ, Angelica. (2009), “Does illegality breed violence? Drug trafficking and state-sponsored protection rackets”. *Crime, Law and Social Change*, 52 (3): 253-273.
- STEIMAN, Rebeca. (2002), *A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ.
- TELLES, Vera da Silva. (2009), “Illegalismos urbanos e a cidade”. *Novos Estudos Cebrap*, 84: 153-173.
- TOVAR PINZÓN, Hermes. (1994), “La economía de la coca en América Latina: el paradigma colombiano”. *Nueva Sociedad*, 131: 86-111.
- WEBER, Max. (2000), *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora da UnB.
- WILLIAMS, Phil. (2001), “Transnational criminal networks”, in J. Arquilla e D. Ronfeldt (orgs.), *Networks and netwars: the future of terror, crime, and militancy*, Santa Monica, Rand.
- WILSON, Thomas M. & DONNAN, Hasting. (2012), *A Companion to Border Studies*. Oxford, Blackwell Publishing.
- ZÁRATE BOTÍA, Carlos G. (2008), *Silvícolas, sirringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones (Imani).

AS DINÂMICAS DO MERCADO ILEGAL DE COCAÍNA NA TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE BRASIL, PERU E COLÔMBIA

Luiz Fábio S. Paiva

Palavras-chaves: Fronteira; Cocaína; Mercado ilegal; Crime; Violência.

O artigo reflete sobre como o mercado ilegal de cocaína afeta a vida de moradores em um território transfronteiriço entre Brasil, Peru e Colômbia. Observa como as negociações em torno da mercantilização da cocaína estruturaram uma economia moral peculiar, em uma região de fronteira repleta de dispositivos de controle social, que afetam as práticas econômicas de cidadãos brasileiros, peruanos e colombianos. A pesquisa que deu origem ao artigo se desenvolveu por meio de incursões etnográficas, ao longo de quatro anos, em uma investigação que privilegiou a interpretação de moradores da região sobre o problema da produção, comercialização e passagem da cocaína pela tríplice fronteira. Os resultados expressos no texto tiveram suporte em um tratamento analítico que objetivou a compreensão dos problemas sociais vividos por moradores que, no seu dia a dia, participam, convivem e ouvem falar da ação de pessoas envolvidas em esquemas de produção, comercialização e circulação de cocaína pela fronteira.

THE DYNAMICS OF THE ILLEGAL COCAINE MARKET IN THE TRIPLE BORDER BETWEEN BRAZIL, PERU AND COLOMBIA

Luiz Fábio S. Paiva

Keywords: Border; Cocaine; Illegal market; Crime; Violence.

It reflects on how the illegal cocaine market affects the lives of residents in a transboundary territory between Brazil, Peru and Colombia. It observes how the negotiations around the cocaine commercialization have structured a peculiar moral economy in a border region full of social control devices that affect the economic practices of Brazilian, Peruvian and Colombian citizens. The research was developed through ethnographic incursions over four years in an investigation process that privileged the interpretation of residents of the region on the problem of production, commercialization and passage of cocaine by the triple border. The results are presented through an analytical treatment that aimed at understanding the social problems experienced by residents who, in their daily lives, participate in, or hear about, the actions of people involved in cocaine production, commercialization and circulation schemes through the border.

LES DYNAMIQUES DU MARCHÉ ILLÉGAL DE COCAÏNE À LA TRIPLE FRONTIÈRE ENTRE BRÉSIL, PÉROU ET COLOMBIE

Luiz Fábio S. Paiva

Mots-clés: Frontière; Cocaïne; Marché illégal; Crime; Violence.

L'article montre comment le marché illégal de cocaïne affecte la vie des habitants d'un territoire transfrontalier entre Brésil, Colombie et Pérou. Les négociations relatives à ce marché structurent une économie morale particulière dans une région frontalière où les multiples dispositifs de contrôle social jouent un rôle sur les pratiques économiques des citoyens brésiliens, colombiens et péruviens. Sur la base d'incursions ethnographiques menées sur une période de quatre ans, la recherche a privilégié l'interprétation des habitants de la région en matière de production, de commercialisation et de passage de la cocaïne à la triple frontière. L'analyse des résultats obtenus permet de mieux comprendre les problèmes sociaux vécus au quotidien par ces habitants qui participent, cohabitent et entendent parler de l'action de personnes impliquées dans la production, la commercialisation et la circulation de cocaïne à la frontière.